

Cláudia Tris Punt
Psicóloga
061 27450

PSICOLOGIA
E
PRÁTICAS SOCIAIS

Organizadoras

Andréa V. Zanella
Maria Juracy T. Siqueira
Louise A. Lulhier
Susana I. Molon

A B R A P **S** O
..... *ul*

Ficha catalográfica elaborada por: Maria Margarete Sell da Mata, CRB-14/106
Araci Isaltina de Andrade, CRB-14/519

P974 Psicologia e práticas sociais / organizadores Andréa V.
 Zanella ... [et al.]. -- Porto Alegre : ABRAPSOSUL,
 1997.

ISBN

1. Psicologia social. I. Zanella, Andréa V.

CDD 19.ed. - 302

Sumário

Apresentação 9

Introdução

Qual a “Prática” da Psicologia Social da Abrapso?..... 11
Pedrinho Guareschi

SEÇÃO (1): Perspectivas Teóricas em Psicologia

O Processo de Exclusão/Inclusão na
Constituição do Sujeito..... 19
Susana Inês Molon

Considerações Sobre as Teorias de Elias e de
Vigotsky 29
Luiz Fernando Rolim Bonin

Os Papéis Sociais e a Cidadania 39
Sissi Malta Neves

Identidade: o Processo de Exclusão/Inclusão
na Ambigüidade dos Movimentos Sociais..... 60
Kátia Maheirie

Ontologia e Ética no Pensamento de Michel
Foucault 68
Kleber Prado Filho

O Ofício da Psicologia Social à Luz da Idéia
Reguladora de Sujeito: Da Eficácia da Ação à
Estética da Existência 78
Bader Burihan Sawwaia

Reflexões Sobre as Implicações Ideológicas na
Psicologia Clínica: Os Interesses em Questão
e o Efetivo Atendimento à Saúde/Doença Mental ... 92
Angela Caniato

A Psicologia Política e o Uso da Categoria
"Representações Sociais" na Pesquisa do
Comportamento Político 122
Louise A. Lhullier

SEÇÃO 2: Psicologia e Educação

Relações Sociais: Identificando Aspectos
das Práticas Pedagógicas Promotores de Cidadania..... 135
Andréa Vieira Zanella e Adriano Henrique Nuernberg

Participação dos Pais na Escola: Diferentes
Expectativas..... 145
*Andréa V. Zanella, Adriano H. Nuernberg, Ceres M. Teixeira,
Ivo V. Côrte e Jardel S. da Silva*

A Dimensão Grupal nas Salas de Aula:
Um Aspecto Pouco Investigado..... 155
Denise Cord

Psicologia e Educação..... 168
Carmen Silvia de Arruda Andaló

Do Ensino Especial ao Ensino Regular:
Tentativas de Integração Escolar de Alunos
Considerados Portadores de Necessidades
Educativas Especiais 176
Maria Sylvia Cardoso Carneiro

Representação do Professor da Educação
Infantil sobre a Relação Desenvolvimento e
Aprendizagem da Criança Portadora de
Deficiência. 187
Izabel Cristina Feijó

Orientação Vocacional/Ocupacional: Projeto
Profissional e Compromisso com o Eixo Social 201
Marilu Diez Lisboa

Psicologia, Educação e Novas Ecologias Cognitivas.... 213
Cleci Maraschin

Representação da Criança Brasileira na
Prática Social 220
Eduardo Cavalheiro Pelliccioli

SEÇÃO 3: Psicologia e Comunidade

- Psicologia e Comunidade: a Utopia dos
Projetos Científicos..... 227
Marco Aurélio M. Prado
- A Psicologia Social dos Desastres: Existe um
Lugar para ela no Brasil?..... 238
Francisco J. B. de Albuquerque
- A Representação Social e a Eficácia
das Práticas de Cura na Umbanda e Afins
no Rio de Janeiro 246
Roberto Araújo Bello, Celso Pereira de Sá e Denise Jodelet
- Ocupação do Espaço, Exclusão e
Representações: Uma Contribuição da
Psicologia Social aos Estudos Ambientais 255
Eduardo A. Tomanik, Manoel M. de F. Chaves F^o e Suzana M. Lucas

SEÇÃO 4: Psicologia e Relações de Gênero

- A(s) Psicologia(s) e a Categoria Gênero:
Anotações para Discussão 271
Maria Juracy Toneli Siqueira
- Psicologia e Relações de Gênero:
A Socialização do Gênero Feminino e suas
Implicações na Violência Conjugal em
Relação às Mulheres 280
Nara Maria Batista Cardoso
- Aborto Provocado e Produção de Significados
no Universo Masculino: Uma Contribuição ao
Debate Feminista..... 293
Karin Ellen von Smigay
- Percepção Social da Homossexualidade na
Perspectiva de Gays e de Lésbicas..... 309
Jane Paim dos Santos e Nara M. G. Bernardes
- Psicologia e Relações de Gênero: O Gênero
da Ciência Psicológica 317
Tania Mara Galli Fonseca

Adolescência na Ilha de Santa Catarina 323
Mara C. de S. Lago, Ana C. W. dos Santos e Joyce A. Silva

SEÇÃO 5: Psicologia, Saúde e Trabalho

As Relações entre Ideologia e Reestruturação
Produtiva na Organização Sindical de
Trabalhadores..... 339

Gislei D. R. Lazzarotto e Valéria A. Flores Cruz

Grupos da Terceira Idade, Interação e
Participação Social 355

Geraldine Alves dos Santos e Cícero Emídio Vaz

Gênero, Saúde e Risco no Cotidiano
do Trabalho..... 369

Carmem L. I. Grisci, Ana L. Pivetta e Sandra R. Gomes

Um Passinho à Frente, Por Favor... 389

Maudeth Py Braga

O Psicólogo e a Unidade Básica de Saúde:
O Desvio de Rumo..... 399

Maria Lúcia Boarini

Representações de Maternidade de
Pacientes e Terapeutas: Questões para a
Prática da Psicologia nos Serviços Públicos
de Saúde de Teresina-PI. 410

Magda Dimenstein

Da Busca de Identidade Profissional à
Expressão de um Devir Trabalhador..... 424

Patrícia G. Robinson e Simone Paulon

Os Médicos e os Monstros: Um Estudo sobre
o Uso de Neurolépticos 430

Marcos Eduardo Rocha Lima

O Ofício da Psicologia Social à Luz da Idéia Reguladora de Sujeito: Da Eficácia da Ação à Estética da Existência

Bader Burihan Sawaia*

A prática de uma ciência é tema complexo e sua análise tem sido realizada de diferentes perspectivas, cada uma delas ressaltando questões específicas. De modo geral, essa variação analítica pode ser agrupada em dois grandes tipos, que serão, aqui, denominados de *perspectiva da prática* e *perspectiva da práxis*. A perspectiva da prática, por sua vez, transita por múltiplos caminhos. No caso da Psicologia Social, um deles é o de privilegiar a distinção entre ciência pura e ciência aplicada, de forma a dividir a Psicologia Social em uma área técnica – Tecnologia Social – com o objetivo de alterar comportamentos – e uma área teórica voltada à pesquisa. Outra possibilidade é a de orientar a análise pelas exigências do mercado de trabalho, para avaliar a forma como a Psicologia Social responde a elas. A Sociologia das Profissões é um enfoque, hoje, bastante utilizado, quando o objetivo é refletir se a Psicologia Social é uma profissão, se os seus profissionais vivem da remuneração de suas atividades e se possuem reconhecimento social de que são um corpo específico de conhecimento para atuar na realidade social.

Há também o caminho inverso, que parte do que os psicólogos sociais consideram como sua prática, para analisar se suas concepções estão sendo respeitada nas diferentes áreas de ação: instituição, movimentos, sindicato, políticas públicas e comunidades.

De forma geral, independente das variações apresentadas, a *perspectiva da prática* centra sua análise em duas preocupações prioritárias:

- 1) a busca da demarcação do objeto de estudo da Psicologia Social e de suas diferenças com as demais disciplinas, para marcar um domínio de ação próprio, o que ocorre sob duas discussões mais constantes: se o objeto da prática é o coletivo ou o individual, quando a reflexão gira

* Doutora em Psicologia Social. Professora do Departamento de Sociologia da PUCSP e do Pós Graduação da PUCSP e da E.E.USP.

em torno do que se entende por interação, grupo, instituição, comunidade, família, multidão, enfim sobre os conjuntos concretos que medeiam a relação homem/sociedade. De outro lado, o alvo do debate é se o objeto deve ser o significado ou a ação e a celeuma teórica se trava entre ideologia, representação social, consciência/inconsciente e comportamento.

- 2) a análise da eficácia de sua ação, voltando-se aos resultados e à coerência entre ação, objeto de estudo e teoria.

Reflexões importantes ao aprimoramento da prática da Psicologia Social, porém, na minha opinião, periféricas, pois circulam em volta de um núcleo que precisa ser explicitado para qualificá-la, o que é objetivo explícito da *perspectiva da práxis*.

Essa subentende o conhecimento comprometido e a relação indissociável entre teoria e prática. Pressupõe teorias com intencionalidades práticas e com destinatários, pois interpreta o mundo com a intenção de modificá-lo. A idéia de práxis insere, politicamente, nossa prática e nossa pesquisa, tornando-as prática teórico-política. Nesse enfoque, a pesquisa é práxis, o conhecimento é práxis e a prática é práxis. Tanto o professor, quanto o pesquisador e o profissional realizam a prática da psicologia social, pois o que define a práxis não é sua tarefa e sim seus pressupostos e intencionalidades e o que qualifica sua competência é a capacidade de diálogo, complementação e abertura às outras disciplinas e não a marcação da diferença.

Porém, a *práxis* não prescinde da aplicação técnica. Ela não nega a importância das especificidades das tarefas, as competências particulares e o aperfeiçoamento técnico. Primeiro, porque é a técnica que operacionaliza as intencionalidades. Segundo, porque as tarefas são espaços conquistados que se institucionalizam como emprego e profissão, portanto, campo de ação legitimado socialmente.

É preciso marcar uma identidade profissional, para se ter poder dialógico na relação poder/saber, o que não se conquista apenas com reflexões e princípios, mas com atividades. O que o enfoque da práxis aponta é que a nossa identidade profissional é definida pelo lugar social que ocupa e pelas

tarefas que realiza, mas é qualificada pela sua intencionalidade e seus pressupostos.

Isto significa afirmar que a avaliação da prática não se restringe á eficácia da ação, mas à virtude da prática, enfatizando a responsabilidade do pesquisador na escolha do tipo de conhecimento que quer produzir, dominador/normativo ou libertador/emancipador

Nesta perspectiva, a ética da vida justa, entendida para além das concepções correntes da filosofia do valor, da teoria da moral e das reflexões sobre normatização, torna-se idéia reguladora da prática, trazendo consigo a idéia de sujeito e com ela a idéia de emancipação, de autonomia e a tensão da heterogeneidade. Sujeito e ética se auto-pressupõem. Excluindo o sujeito da ética, ela vira religião, dogma, abstração e princípio disciplinador que evoca a lei e a norma. Em contrapartida, a idéia de sujeito sem ética torna-se solipcismo e voluntarismo. Juntos, tornam-se problema de organização da existência.

Unir sujeito à ética não significa psicologizar a ética e, assim, justificar qualquer ato cometido pelo indivíduo, ao estilo da retórica ética, mas de "eticizar" o psicológico, isto é, de inserí-lo na esfera da humanidade e nas relações de poder que a configura, historicamente.

Segundo Foucault [1], o sujeito traz a idéia de estética da existência. Estética como arte de construir a boa vida, que é a vida bela, não da ordem da beleza plástica ou da maquiagem, mas do prazer. A estética do existir é a ética dos prazeres.

O sujeito da ética e estética da existência faz da vida uma obra de arte capaz de sensibilizar outros, e provocar catarses e transformações. O bem, o belo e o verdadeiro se tornam indissociáveis.

Porém, essa associação ainda não é suficiente para a *práxis* emancipadora. Não basta, adotar a idéia reguladora do sujeito e da ética no abstrato. Essa união precisa ser completada pela historicidade, sem a qual tem-se a ética interesseira, que se relativiza ao bel prazer dos interesses dominantes. O apelo à ética em si e ao sujeito em si não caracterizam a *práxis*. O que o faz é a relação entre eles, a transversão de um no outro e a sua inserção histórica.

A análise histórica é necessária para situar socialmente, o sujeito da ética e estética da existência, o que se equívale a inserí-lo na materialidade da lógica perversa da inclusão social. Perversa, pois sempre realizada sob a égide da exclusão, que se atualiza pela modernização constante da ordem social. Em outras palavras, é preciso considerar a especificidade do momento histórico para balizar as reflexões da prática como práxis.

Hoje, vivemos um momento histórico paradoxal, que apela à subjetividade e à identidade, ao mesmo tempo que exclui o sujeito, configurando um processo social de *inclusão do homem pela exclusão do sujeito*, encoberto pelo apelo à subjetividade, à identidade e ao intimismo. Isto é, resgata-se o sujeito para instrumentalizá-lo e isolá-o, condenando-o ao assujeitamento. Esse processo, que pode ser nominado de modernização da fetichização do sujeito, é encoberto pela retórica do *sujeito ator* na política, na economia, na ciência e no cotidiano. Como afirma Tourraine [2], a economia do mundo está apoiada sobre o princípio geral e simples do desejo individual de ser feliz.

Segundo este autor, o retorno do sujeito marca o declínio de todos os princípios unificadores da vida social, pondo fim ao orgulho de uma razão que julgou necessário destruir sentimentos, crenças e subjetividade para atingir o progresso. Essa razão foi bem sucedida em sua empreitada, onde o sujeito não tinha lugar, mas deixou marcas de terror e sofrimento insuportáveis, criando novos problemas sem ter recursos para solucioná-los e desconsiderando outros por não ter recursos para percebê-los.

Mas, o sujeito, que reaparece como figura da modernidade contemporânea é ambíguo em sua essência. Ao mesmo tempo que se apresenta como reação à razão que o ignorou, também aparece como estratégia de aprimoramento dela, o que não poderia ser diferente, pois o sujeito foi resgatado pela mediação da razão instrumental.

Segundo, Melucci [3], o momento histórico precisa do sujeito autônomo da ação, com recursos de decisões rápidas para acompanhar o avanço tecnológico e a concorrência globalizada e para suportar o individualismo e o sucateamento social de si e do outro. Sujeito volátil, fechado em si mesmo, mas com discurso participativo. O sistema precisa desse sujeito para aprimorar a eficácia instrumental do mundo da produção e do consumo globalizado da mercadoria. Para tanto, estendeu seus tentáculos às rela-

ções da intimidade, para, de um lado, aprender com elas a força relacional e afetiva e de outro, aprisioná-las em sua racionalidade instrumentalizada. O avanço tecnológico colaborou com esse processo, especialmente a neurociência, com suas drogas de efeito neurotransmissor, como o *Prozac*, o qual prenuncia a era da felicidade perversa e narcísica, ao decretar o fim da tristeza superada num ombro amigo, substituindo-a pela depressão, curada com droga, na solidão.

Nesse contexto, o enaltecimento do sujeito, em vez de ato emancipador, reafirma a sua alienação, junto com dois de seus corolários: a ideologia do individualismo e do intimismo, esta última entendida como enaltecimento dos valores da intimidade, como pressuposto da emancipação e antídoto dos males sociais. A intimidade aparece como estratégia de democracia e cidadania e como sinônimo de liberdade. A exposição do eu substitui a luta política e a ação coletiva, gerando a trivialização do eu, do idílico, como se a auto revelação fosse emancipadora em si.

Esta breve síntese do momento histórico nos alerta que não adianta apenas aprimorar a prática da Psicologia Social para lutar contra os dinossauros. É necessário criar outros referenciais de ação, para enfrentar um monstro mais moderno e com performance mais sofisticada e mais sutil, que é a razão instrumental, capaz de levar, por ex., uma sociedade a se preocupar mais com a saúde de sua economia do que com a de seu povo.

Hoje, mais que nunca, as práticas da Psicologia Social devem ser orientadas pela idéia de *práxis*, para unificar suas diferentes teorias e propostas de ação em torno de uma internacionalidade comum que é a *desfeticização do sujeito*, ou a recuperação da vida, por sob os escombros da razão instrumental, tanto nas pesquisas, quanto nas reflexões e práticas. A idéia central deste texto é que a Psicologia Social, ao resgatar o sujeito como idéia reguladora [4], isto é, como norte de revisão, orientação e atualização de sua prática, passa a pensar a emancipação como fundamento da sua prática e a incorporar a liberdade como pressuposto.

Após essas reflexões e a partir dela, passemos à análise específica dos itens mais importantes que configuram o ofício do Psicólogo Social, na perspectiva da práxis.

De que *sujeito* falamos?

O sujeito nunca teve lugar na Psicologia Social. Quando aparece é na forma de determinado e assujeitado – sujeito homogêneo – imanência psíquica, abstraído da sociedade, pelo predomínio de teorias que afirmam o primado das estruturas sociais ou naturais.

O sujeito da ética e estética da vida não é o modelo cartesiano, nem o lockeano. O sujeito não é uma mônada que conhece e interpreta o mundo, prisioneiro solitário da própria racionalidade; nem “tábula rasa”, receptáculo passivo do texto social e condenado à pura repetição e que aceita a existência de um super sujeito (Estado) que regula e autoriza a sua autonomia. Também não é o sujeito do livre arbítrio, criado pela religião para escolher entre Deus e o Diabo e, assim, ser culpado e castigado pela má escolha.

O sujeito não é substância, é processo sempre inacabado, resultado fugaz e transitório do processo de subjetivação em curso e mais, o sujeito se constitui pelo reconhecimento do outro. Portanto, como afirma Tourraine [7] *se é pelo outro que se constitui, o respeito ao outro é condição primeira da sua existência e de sua liberdade.*

O sujeito não está fora da sociedade, nem diluído nela. Freud e Marx, definitivamente, mostraram a conexão inexorável entre sujeito e sociedade, que pode ser sintetizada pela união entre duas frases de dois outros pensadores, importantes à Psicologia Social, Vygotsky e Heller, respectivamente:

Qualquer função psíquica superior foi externa, porque foi social antes de ser interna, antes de ser uma função psíquica propriamente, no princípio, consistiu em uma relação social entre duas pessoas. [8]

Não há nada no coletivo sem que tenha sido vivido como necessidade do eu [9].

Sujeito, segundo Vigotsky é ser ativo que não existe em si, mas a partir do momento que entra em relação com outros e passa a construir sentidos e significados, constituintes e constituídos na intersubjetividade, anônima ou face a face [10].

O OBJETO: o apelo ao sujeito é uma tentativa de superar o determinismo absoluto, quer seja biológico ou social, pois é um apelo ao desejo e à tensão entre a força de resistência e sobrevivência. Portanto, é um apelo à potência de ação, que equivale a capacidade de ser afetado pelo outro,

num processo de possibilidades infinitas, de criação e de entrelaçamentos nos bons e maus encontros [5]. O compromisso ético não é questão de persuasão ou opção puramente racional entre virtude e pecado. Ele é vivido como necessidade do eu, como desejo, pois quem o sente é o sujeito. Mesmo que se aja em nome do bem comum, o ato implica em exercício da motivação individual.

Dessa forma, a emoção torna-se política de vida. Falar em sujeito é ampliar o conceito de cidadania para além do direito à sobrevivência, entendendo-a como questão ético-relacional, Morre-se de fome, como, também, morre-se de tristeza pela carência de dignidade. A carência material e a espiritual/afetiva são igualmente criminosas. A exploração e a desigualdade social têm múltiplas facetas. Necessidades emocionais, biológicas e sociais se entrelaçam, negando a cisão entre fenômenos objetivos e subjetivos.

Inúmeros fatos históricos podem ser citados para justificar, empiricamente, tal afirmação, como, por ex., o “banzo”, doença misteriosa, que matava o negro escravo brasileira. Ela é emblemática dessa reflexão, por ser um sofrimento psicossocial que redundava em morte biológica, provocada pela tristeza, advinda do sentimento de estar só e humilhado, por ação mercantis, legitimadas pela política de exploração e dominação econômica internacional, daquele momento histórico.

Na perspectiva da práxis, é mais correto falar em sobreviventes [6], em lugar de excluídos, para romper a cisão entre a autonomia e a determinação e entre exclusão e inclusão apresentando os sujeitos no seu processo de manterem-se vivos, tanto os enclausurados na impotência ou marginalização política, como os resistentes às condições perversas a que estão expostos na vida social e, assim, entender que, mesmo as categorias mais exploradas e reprimidas estão inseridos de alguma forma na sociedade, isto é, estão sofrendo na vida particular, a sua lógica perversa que é a da inclusão pela exclusão. Dai a intersubjetividade ser instância fundamental de ação da P.S.

Eleger a intersubjetividade como objeto de estudo da Psicologia Social permite ver a sociedade ocupada pelo desejo individual e pelas emoções que se entrelaçam com as relações de poder, a estrutura e a ordem social e

o privado, o público e o pessoal como territórios de ação política e subjetiva.

A PRÁTICA DA PSICOLOGIA deve voltar-se contra todas as intersubjetividades que se particularizam enquanto forças locais geradoras de sofrimento psicossocial, bem como contra a intersubjetividade anônima, em outras palavras, contra a retórica social dominante que sustenta a submissão e legitima a dominação de uns sobre outros e contrapõe o bem comum à felicidade pessoal.

Nesse sentido, um grande problema, para ela, hoje, é entender porque o sujeito, mesmo consciente não é potente para agir, para dirigir sua atividade à potencialização de ações coletivas e individuais em prol do bem comum e pela felicidade particular e faz a má escolha.

O homem enquanto sujeito deve tomar a iniciativa da emancipação, deve ter coragem ética para liberta-se das amarras que representam todas as inibições. Mas ele jamais o fará sozinho. Essa busca não é solitária.

Pensar a prática da Psicologia Social pela mediação do sujeito da ética e estética da experiência histórica, não é abandonar o coletivo e focar o indivíduo passando a disputar espaços com a psicologia clínica, mas tomá-lo como idéia reguladora da teoria e prática. o que equivale a agir politicamente pelo re-encantamento do mundo, sem impor modelos e ditaduras às necessidades, promovendo: 1) bons encontros, como afirma Espinoza [5], encontros com outros corpos que compõem com o meu e mantêm o meu conatus e 2) a criação de lugares com calor, como afirma Heller [12], lugares de identificação, potencializadores da ação individual em prol do bem comum e da ação coletiva em prol da felicidade pessoal. Ou ainda o “lugar identitário” para combater a proliferação dos “ não lugares” onde o sujeito se dilui no cartão de crédito, conforme alerta Augé [13].

Na prática psicossocial, falar em sujeito, não é descartar as determinações, sociais e biológicas do mesmo, mas é considerar as particularidades, até então, excluídas dos planejamentos e de seus indicadores sociais que trabalham com o homogêneo, o sujeito da média ou mediana. Cabe ao Psicólogo Social conhecer as sutilezas de como o sujeito vive, cria e sofre, no âmbito da intersubjetividade, as determinações sociais. Isto é, cabe-lhe criar novas zonas de sentido do real, como fez Marx com a categorias de

alienação e ideologia e Freud com a de inconsciente, e, assim criar nova territorialidade de ação.

A busca do ESPAÇO DA PRÁXIS deve ser regulada pela idéia de comunidade. Entendida não como espaço físico, geográfico, ou étnico, mas como utopia. Espaço-tempo com qualidade de favorecimento do exercício de autonomia, onde as identidades tornam-se crioulas sem perder o sentido de si e do outro, para poder dispor de si para si e para o outro. A utopia da comunidade deve ser realimentada, hoje, devido ao poder de volatilização das fronteiras nacionais, econômicas e comunicacionais, que diluem os espaços clássicos de ação coletiva, nesse final de século. O espaço público deixou de ser preciso para se espalhar, com o transbordamento da questão social. O trabalho se volatilizou, se terceirizou, deixando assim de ser esfera privilegiada de aglutinação de interesses e ações coletivas.

Mas comunidade não deve ser adotada como valor heurístico e projectual, capaz de potencializar ações negadoras das dicotomias: singular/universal, local/total e público/privado [14].

Ao se qualificar de comunitária a prática se volta à mediação entre a universalidade ético-humana e a singularidade do gozo individual e intersubjetivo e se propõe trabalhar o público no privado e o privado no público, bem como o pessoal como político e o político como pessoal.

Com essa referência, pode-se trabalhar em espaços diferenciados, como instituição, organização, movimentos, ONGs., redes movimentistas, empresas, sindicatos, bairros, famílias, consultórios, buscando criar novos lugares de exercício da autonomia e de criação permanente da existência coletiva, evitando um dos sofrimentos psicossociais mais dramáticos da contemporaneidade, que é a cristalização da comunidade identitária em comunidade fundamentalista ou fraticida, tanto interna quanto externamente.

O OBJETIVO da prática psicossocial pode ser sintetizado como o de extirpar a cegueira psíquica e a impotência social e criar sujeitos socialmente competentes para criarem "comunidade" onde quer que estejam [15].

A democratização no terreno público é necessária à democracia das relações pessoais. Mas o inverso é também verdadeiro. O avanço da autonomia própria no contexto da intimidade é cheio de implicações à questão

democrática na comunidade mais ampla. Portanto, o objetivo deve ser o exercício da legitimidade social, para alimentar grupos insuspeitos, representantes das necessidades humanas e portanto capazes de levar à esfera da negociação pública, as angústias sinceras dos diferentes domínios sociais [16] e assim enfrentar a feudalização do planeta pelo princípio do mercado [17].

Legitimidade social pressupõe legitimidade individual na vida pública e privada, o que equivale à autonomia cidadã, competência lingüística e jurídica para defender suas necessidades, que por sua vez pressupõe capacidade de ser afetado por emoções alegres, experimentadas pela potência de agir como causa adequada dos acontecimentos, sendo a principal delas o amor à liberdade, pois, como afirma Espinoza [5]: “O cidadão deve ter amor de liberdade mais do que esperança de recompensa e a segurança dos bens”.

AS ÁREAS DE PESQUISA E AÇÃO devem ser todas as situações que sintetizam o sofrimento do homem na modernidade contemporânea, na sua agudeza. Para conhecê-las, eleger o cotidiano e a intimidade como universo de pesquisa para, no diálogo com as Ciências Sociais, detectar focos de tensão que particularizam a prática e a retórica da exclusão, como, por ex., o desemprego que vem se tornando fonte de sofrimento tão grande, que encobre e suaviza o malefício do trabalho, alternando as relações entre empregado e patrão, entre os trabalhadores e entre eles e o sindicato e dando nova configuração aos movimentos sociais.

Aprender com a intimidade com o que deu certo e errado, pode ser outra estratégia. É a relação amorosa que introduz mais diretamente o tema do sujeito aberto ao outro ou enquanto outro [18]. O encontro do erotismo e da ternura é o encontro de atores ao mesmo tempo livres e atraídos pelo outro, sem perder a individualidade. Segundo Giddens [19], podemos nos inspirar no modelo do amor confluyente que sugere uma estrutura ética para a provocação de emoções não destrutiva da vida em comum. Amor não como habilidade e técnica, mas qualidade de relação caracterizada pela mutualidade, em vez de poder desigual e como arte de dar e receber prazer.

Vários autores podem ser evocados para nos ajudar nesta tarefa: contemporâneos como Habermas [20] e Heller [21] que perseguem a utopia

da emancipação do homem e os que, pelo mesmos motivos, foram marginalizados na história de nossa ciência, como Espinoza [23] e Vygotsky [24]. Eles nos alertam que o desenvolvimento da capacidade do homem de ser afetado e de se comunicar é a necessidade mais urgente de nossos dias.

Para FINALIZAR, um alerta.

Não há o paraíso na terra, nem varinha de condão e nem sempre há coerência entre nossas idéias e nossa prática. Mas há a possibilidade de provocar fatos novos, mesmo que pequenos, se mantivermos acesa a crença no sujeito da emancipação, tanto em nossas reflexões quanto ações.

Além disso, o momento histórico exige tal crença. Conforme dito no início, assiste-se, hoje, o retorno da idéia de sujeito, tanto na política quanto na economia e nas ciências, mas de um sujeito, por um efeito perverso, foi aprisionado nas malhas da instrumentalização alimentadora do neoliberalismo e da fragmentação pós moderna, necessitando ser desfetichizado para fundar a ética e a estética da intersubjetividade emancipadora e autônoma, isto é promover bons encontros que proporcionem contaminações afetivas, alto grau de intimidade e profundidade emocional entre plurais, com continuidade no tempo.

Para tanto, os psicólogos sociais devem estar compondo equipes multidisciplinares de trabalho, de pesquisa e ensino, inspirando-se em Espinoza que, para fazer um tratado político da transição do modo escravo ao modo humano, escreveu um livro sobre ética, verdadeiro tratado das paixões humanas, criando conhecimentos importantes à compreensão da passagem da passividade à atividade, na política.

NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

[1] FOUCAULT, Michel. O que é Iluminismo? In: ESCOBAR, C.H. (org.), *Michel Foucault (1926-1984) - O Dossier! Últimas Entrevistas*. Rio de Janeiro, Taurus, 1984.

----- . *Dits et Écrits*; 1954 - 1988. Vol. IV (1980-1988). Paris, Gallimard, 1994.

Ver também: COSTA, J. Freire. O Sujeito em Foucault; estética da existência ou experimento moral? *Tempo Social*, São Paulo, v. 7, n. 1-2, p. 121-8, out. 1995.

SCHMID, Wilhelm. De l'Éthique comme Esthétique de l'Existence. *Magazine Littéraire*, no. 325, p. 36-39, oct. 1994.

- [2] TOURRAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. 3. ed. Petrópolis, Vozes, 1995.
- [3] MELUCCI, Alberto. *Gioco dell'Io*. Milão, Saggi/Fetrinelli, 1992.
- [4] Segundo Irai CARON. Palestra Realizada no VI Encontro Regional da Associação Brasileira de Psicologia Social, PUCSP, São Paulo, 1996.
- [5] ESPINOZA, Baruch. *Ética*. 3. ed. São Paulo, Aten, 1957.
Ver também: DELEUZE, Gilles. *Espinoza e os Signos*. Portugal, Rés, 1970.
- [6] SOBREVIVENTE é conceito usado por Suely Souza de ALMEIDA em sua tese intitulada *Violência de Gênero; público e privado*, PUC-SP, 26/8/1996.
- [7] TOURRAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. op.cit.
- [8] VYGOTSKY, Lev S. *Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores*. Havana, Científico-Técnica, 1987.
- [9] HELLER, Ágnes. A Sociologia como Desfetichização da Modernidade. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 30, jul. 1991.
- [10] PINO, Angel. As Categorias de Público e Privado na Análise do Processo de Internalização. *Educação e Sociedade*, Campinas, Cedes, n. 42, 1992.
- Neste texto o conceito de intersubjetividade anônima é utilizado para distinguir a análise vygotskiana de produção de sentido da perspectiva do interacionismo simbólico, e a ênfase da primeira na história cultural.
- [11] SAWAIA, Bader B. *Psicologia Social: aspectos epistemológicos e éticos*. In: LANE, Silvia T. M; SAWAIA, Bader B. *Novas Veredas da Psicologia Social*. São Paulo, Brasiliense/EDUC, 1995.
- [12] HELLER, Ágnes. *A Sociologia de la Vida Cotidiana*. Barcelona, Editora Península, 1977.

- 90
- [13] AUGÉ, M. *Non Lieux*; introduction à une anthropologie de la surmodernité. Paris, Seuil, 1992.
- [14] SAWAIA, Bader B. Comunidade; a apropriação científica de um conceito tão antigo quanto a humanidade. In: *Psicologia Social: Comunitária*; da solidariedade à autonomia. R.J., Vozes, 1996.
- [15] SAWAIA, Bader B. Dimensão Ético-Afetiva do Adoecer da Classe Trabalhadora. In: *Novas Veredas da Psicologia Social*, op.cit.
- [16] COSTA, Sérgio. Esfera Pública, Redescoberta da Sociedade Civil e Movimentos Sociais no Brasil; uma abordagem tentativa. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 38, 1994.
- [17] SOUZA SANTOS, Boaventura. *Pela Mão de Alice*; o social e o político na pós-modernidade. Porto, Afrontamento, 1994. Cap.6, p.119-37.
- [18] TOURAINE, Alain. *Crítica da Modernidade*. op. cit.
- [19] GIDDENS, Anthony A. *A Transformação da Intimidade*; sexualidade, amor e erotismo nas sociedades modernas. 2. ed. São Paulo, UNESP, 1993.
- [20] Jurgen HABERMAS é filósofo alemão da escola de Frankfurt. Ver especialmente suas obras: *Para a Reconstrução do Materialismo Histórico*. São Paulo, Brasiliense, 1990; e *Teoria de la Acción Comunicativa*. Madrid, Taurus, 1987.
- [21] Agnes HELLER é filósofo neo-marxista da Escola de Budapeste. Ver especialmente: *The Power of Shame*. London, Routledge & Kegan Paul, 1985; e *A Theory of History*. London, Routledge & Kegan Paul, 1981.
- [22] Reflexão realizada por Fernando REIS, psicólogo da Universidade de Havana, na PUCSP, durante curso sobre Vygotsky, julho de 1996.
- [23] Ler especialmente as obras indicadas no item 5 e TOSEL, André. *Du Matérialisme de Spinoza*. Paris, Éditions Kimé, 1994.

- [24] Lev S. VIGOTSKY é psicólogo russo, fundador da teoria sócio-histórica. Ver especialmente: Problemas Teóricos y Metodológicos de la Psicología. Madri, Visor Distribuciones, 1991; Pensamento e Linguagem. São Paulo, Martins Fontes, 1993; A Formação Social da Mente. São Paulo, Martins Fontes, 1984; El Desarrollo de los Procesos Psicológicos Superiores. Barcelona, Crítica, 1979; Psicología del Arte. Barcelona, Barral, 1970.